

-----ATA NÚMERO 46/2022-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM NOVE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E
VINTE DOIS.**-----

-----Aos nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas nove horas e trinta minutos, sob a Presidência da Senhora Vice-Presidente, Maria Cristina Andrade Pedra Costa, e presença dos Senhores Vereadores: Cláudia Sofia Frazão Dias Ferreira, Helena Maria Pereira Leal, Rúben Dinarte Silva Abreu, João José Nascimento Rodrigues, Vitor Hugo Rodrigues de Jesus, Nádia Micaela Gomes Coelho e Micaela Gomes Camacho. A secretariar esteve presente José Jorge Faria Soares, Chefe da Divisão Jurídica.-----

---Presentes ainda, Ana Fernanda Osío Bracamonte, da Coligação Funchal Sempre à Frente, que preenche, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º, da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, a vaga ocorrida nesta reunião pela ausência do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, a Senhora Sancha de Carvalho e Campanella e o Senhor Bernardo Homem de Gouveia Tranquada Gomes, que substituem, respetivamente, ao abrigo da mesma disposição legal, os Senhores Vereadores da Coligação Confiança e Coligação Funchal Sempre à Frente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e Bruno Miguel Camacho Pereira.---

-----Verificado o quórum, a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Maria Cristina Andrade Pedra Costa, declarou aberta a reunião.---

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciou-se este período com a intervenção da Senhora Vereadora Cláudia Dias Ferreira, da Coligação Confiança, questionando sobre um assunto tratado em reuniões anteriores, que versa sobre as promoções na Companhia de Bombeiros Sapadores do Funchal, designadamente para a carreira de chefe. Quis saber qual o ponto da situação.-----

-----Respondendo ao solicitado, a Senhora Vice-Presidente, Cristina Pedra, declarou que iria indagar junto do Senhor Vereador Bruno Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente, qual o estado dos processos de promoção. Referiu ainda que existiu a fase da formação dos bombeiros e, agora, a decisão de ser antecipado os 40% no pagamento.-----

-----Tomando o uso da palavra, a Senhora Vereadora Micaela Camacho, da Coligação Confiança, afirmou que na sequência da sessão da Assembleia Municipal de 6 de dezembro, apercebeu-se que os cidadãos que estão na situação de sem-abrigo e que vão ser alojados ao abrigo do projeto “*Habitação Solidária*”, já estão a frequentar programas de emprego. Perguntou onde é que estas pessoas estavam a trabalhar, atendendo a que foi informado na referida sessão da Assembleia Municipal, que teriam sido integrados nos serviços municipais.-----

-----Intervindo, a Senhora Vereadora Helena Leal, da Coligação

Funchal Sempre à Frente, esclareceu que estavam em causa 4 cidadãos, sendo que 3 tinham sido colocados nos serviços municipais, ao abrigo do Programa Municipal de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho (PMFOCT) e 1 no setor da hotelaria. O objetivo não foi apenas dar uma oportunidade para estas pessoas exercerem uma atividade, mas igualmente capacitá-las através de uma formação que lhes possibilitasse uma aquisição de competências. Foi efetuada uma avaliação e seleção, tendo em vista identificar os fatores de risco, e foram criadas condições de monitorização e proteção destes munícipes, de forma a auxiliá-los e ampará-los o melhor possível. Para o efeito, a Senhora Vereadora Helena Leal esclareceu que existe uma equipa multidisciplinar afeta a este projeto, e ela própria irá acompanhar de perto o mesmo. No respeitante aos 3 que estão a laborar nos serviços municipais, 2 encontram-se na Divisão de Jardins e Espaços Verdes Urbanos e 1 na Universidade Sénior. O balanço até agora tem sido francamente positivo.-----

-----A Senhora Vereadora Micaela Camacho, da Coligação Confiança, retorquiu que lhe preocupa, particularmente, o elemento que não está integrado nos serviços municipais e que se encontra afeto ao setor da hotelaria. Concretamente, disse que no corrente mês a hotelaria encontra-se sob pressão intensa, e evidenciou preocupação em relação à reação de uma pessoa em situação de sem-abrigo, confrontada com as regras e o stress próprio do seu local de trabalho.-----

-----Respondendo, a Senhora Vereadora Helena Leal, da Coligação Funchal Sempre à Frente, esclareceu que o cidadão em questão encontra-se a trabalhar na empresa ligada ao setor hoteleiro há mais de 6 meses. Já enfrentou outra época particularmente exigente para a hotelaria como é o período de verão. De qualquer forma, se acontecer alguma situação em que o Município tenha de intervir, não deixará de o fazer.-----

-----Complementando, a Senhora Vice-Presidente, Cristina Pedra, referiu que não tem dúvidas que os empresários estão muito atentos a esta situação associada aos recursos humanos, e se é feito o escrutínio pela Câmara Municipal, não menos o será efetuado por aqueles.-----

-----Prosseguindo, a Senhora Vereadora Micaela Camacho, da Coligação Confiança, evidenciou que as pessoas em situação de sem-abrigo, em termos psicossociais, não estão habituadas a regras rígidas, sendo que as mesmas a existir, numa situação de maior pressão de atividade, é uma questão que a preocupa.-----

-----A Senhora Vice-Presidente, Cristina Pedra, salientou que na sequência da necessária articulação entre o Município e o empresário hoteleiro, foram criadas condições para um acompanhamento desta pessoa em situação de sem-abrigo, no sentido de lhe ser facultada uma atividade em que o mesmo fosse bem sucedido. Pior seria se não fosse dada nenhuma oportunidade. Analisando o histórico deste caso em concreto, conclui-se que não existiu nada a apontar ao desempenho deste

cidadão, nem ao comportamento do empregador. A experiência, até agora, está a ser bem sucedida.-----

-----A Senhora Vereadora Micaela Camacho, da Coligação Confiança, frisou que não está a afirmar que não se deve dar oportunidades, apenas insiste que deve de haver uma monitorização ativa.-----

-----Intervindo, a Senhora Vereadora Helena Leal, da Coligação Funchal Sempre à Frente, esclareceu que foi criada a figura do “gestor de caso”, para cada pessoa integrada neste programa, cujas funções passam pela monitorização dos cidadãos abrangidos, antecipando fatores e situações de maior risco. Neste caso particular, entre fatores de proteção de risco, foram tomadas medidas especiais. Exemplificou que como trabalha na hotelaria e tem horários díspares em relação aos existentes no abrigo, houve uma flexibilização nas regras temporais. É permitido que repouse com maior frequência, porque chega mais tarde. Se sai à 1 da manhã, não tem de se levantar às 7 horas.-----

-----Tomando o uso da palavra, a Senhora Vereadora Cláudia Dias Ferreira, da Coligação Confiança, questionou qual era o programa que regia este apoio às pessoas em situação de sem-abrigo e o plano financeiro associado ao mesmo.-----

-----A Senhora Vereadora Helena Leal, da Coligação Funchal Sempre à Frente, esclareceu que a autarquia possui uma estratégia municipal para fazer face aos problemas das pessoas em situação de sem-abrigo. Não existe ainda um plano municipal

aprovado na Assembleia Municipal, embora futuramente se pretenda diligenciar neste sentido. Contudo, mais do que ter um documento aprovado, importa ter um plano em ação, como no presente. Em relação à parte financeira, o Município tem parcerias com algumas associações que recebem apoios financeiros da edilidade. Nesse princípio de reciprocidade e de parceria, com os devidos protocolos previamente especificados e assinados, foi criado um conjunto de metas e tarefas, devidamente organizadas, onde se inclui este programa.-----

-----Intervindo, o Senhor Vereador Rúben Abreu, da Coligação Confiança, explanou que anteriormente e no âmbito dos PMFOCT, as atividades eram realizadas no âmbito dos serviços municipais e das suas competências. Neste caso em concreto, parece-lhe que saiu-se do âmbito dos serviços da Câmara Municipal e das suas competências, porquanto a pessoa em questão foi integrada no setor da hotelaria.-----

-----A Senhora Vereadora Helena Leal, da Coligação Funchal Sempre à Frente, esclareceu que quem contratou não foi a autarquia, mas sim o empresário hoteleiro. Não foi ao abrigo de nenhum PMFOCT, mas sim devido a uma ação proactiva da autarquia junto dos parceiros sociais e demais setores da sociedade, incluindo os empresários, no sentido de serem facultadas oportunidades às pessoas em situação de sem-abrigo, desde que reúnam as condições para serem integradas em contexto de trabalho. Neste caso em concreto, o empresário que contratou,

considerou que a pessoa em causa reunia as condições para lá trabalhar e estabeleceu com a mesma um vínculo laboral. As restantes 3 pessoas, essas sim, foram integradas ao abrigo do PMFOCT.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador Rúben Abreu, da Coligação Confiança, reportou-se aos atos de vandalismo ocorridos no estacionamento do Edifício 2000, tema que já foi abordado em anteriores reuniões da Câmara Municipal. Pretendeu saber se já foram tomadas medidas de segurança para evitar casos semelhantes e se tem existido problemas semelhantes àqueles noutros parques municipais.-----

-----Respondeu a Senhora Vice-Presidente, Cristina Pedra, afirmando que tem sido feito um trabalho de levantamento de necessidades na gestão dos parques de estacionamento, mas que ainda não está em condições de ser apresentado.-----

-----Fazendo uso da palavra, a Senhora Vereadora Sancha de Campanella, da Coligação Confiança, começou por afirmar que fazia hoje precisamente 1 ano que questionou na reunião da Câmara Municipal quais as estratégias delineadas pelo Município no combate à corrupção. Faz questão de continuar a abordar esta temática, atendendo a que no dia 9 de dezembro comemora-se o Dia Internacional Contra a Corrupção. À altura que esta temática foi abordada, instou-se a que o Município publicitasse os seus documentos estratégicos neste âmbito, nomeadamente o Código de Conduta e o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações

Conexas. Tem existido um acompanhamento na atualização destes documentos, em função da aprovação de nova legislação. Contudo, constata-se que estes documentos não chegam aos destinatários, ou seja, aos funcionários e à população em geral. Questionou se têm sido ministradas ações de formação e sensibilização aos funcionários, bem como tomadas medidas de esclarecimento orientadas para os cidadãos.-----

-----Intervindo, a Senhora Vice-Presidente, Cristina Pedra, respondeu que “em primeiro lugar, há um ano atrás, o que foi dito é que seriam revistos uma série de documentos que estavam desatualizados, em função da legislação que tinha sido publicada em meados do ano de 2021. Tal foi feito, pois durante o corrente ano a Câmara Municipal aprovou diversos documentos neste âmbito. Para além disto, a autarquia implementou o canal de denúncias no seu site oficial, tendo sido, tanto quanto sabe, o primeiro Município do país a fazê-lo. Paralelamente, tem existido imensa sensibilização para este problema, a começar pelas formações internas aos dirigentes e demais funcionários. Igualmente, tal tem sido efetuado junto de diversas entidades externas. Acresce que o Município tem uma unidade orgânica, denominada Unidade de Auditoria Interna (UAI), onde todos os documentos estratégicos estão depositados e muitos deles publicados no site da autarquia. A UAI, igualmente, recebeu um novo elemento que trabalhava anteriormente no Tribunal de Contas. Paralelamente, tem existido divulgação nas Juntas de

Freguesia e em instituições privadas. Podemos concluir que foram envidados esforços, não apenas para tratar dos aspetos formais e burocráticos, mas sobretudo para que os documentos em causa sejam instrumentos efetivos de utilização e prevenção”.-----

-----Fazendo uso da palavra, a Senhora Vereadora Cláudia Dias Ferreira, da Coligação Confiança, afirmou que foi divulgado pela comunicação social que o Município iria levar a cabo uma campanha de recolha de “*monstros*”, durante o mês de dezembro, pelas freguesias do Funchal. Perguntou qual a razão para a freguesia da Sé não estar envolvida.-----

-----Respondendo, a Senhora Vereadora Nádia Coelho, da Coligação Funchal Sempre à Frente, declarou que a razão prende-se pelo facto de nas últimas campanhas não ter havido solicitações de residentes naquela freguesia. Nesta campanha, o formato foi um pouco alterado. Antigamente, a viatura de recolha dos “*monstros*” ficava parada num determinado local e os interessados encarregavam-se de transportar os resíduos até aquele veículo. Os Presidentes das Juntas de Freguesia alertaram que existiam alguns munícipes que sentiam alguma vergonha em chegar ao local com os “*monstros*”, enquanto que outros nem tinham a possibilidade de os transportar. Nesta campanha, o munícipe dirige-se à sua Junta de Freguesia a solicitar a recolha, indicando a morada, e a viatura do Município posteriormente desloca-se aí para a recolha. Voltando ao caso da freguesia da Sé, efetivamente não tem existido pedidos de recolha de “*monstros*” por parte dos

moradores, nem a Junta de Freguesia empreendeu qualquer solicitação naquele sentido. No entanto, se algum munícipe da freguesia da Sé pedir a recolha, a Câmara Municipal atenderá ao pedido, mesmo no âmbito desta última campanha.-----

-----Intervindo, o Senhor Vereador Vítor Jesus, da Coligação Confiança, declarou que foi divulgado pela RTP Madeira a notícia que a recolha de lixo indiferenciado no concelho do Funchal iria ser efetuada por uma empresa externa, por um período de um ano, com início no mês de janeiro de 2023 e por um valor que ronda os 400.000€ (quatrocentos mil euros). Para o efeito, o procedimento adotado teria sido o concurso público internacional. Pediu explicações quanto a este assunto.-----

-----Respondendo, a Senhora Vereadora Nádía Coelho, da Coligação Funchal Sempre à Frente, elucidou que se tratava de um procedimento que estava a decorrer no âmbito da Divisão de Contratação Pública. Se não existirem reclamações por parte dos concorrentes, estima-se que a adjudicação ocorra no mês de janeiro de 2023. Está em causa a contratação do serviço a efetuar por duas viaturas para a parte da manhã, duas para a tarde e uma para a noite, tripuladas por um motorista e dois cantoneiros. Um dos cantoneiros é obrigatoriamente funcionário da Câmara Municipal. Trata-se, efetivamente, da recolha dos resíduos indiferenciados, sendo que a recolha seletiva será efetuada, diretamente, pela autarquia.-----

-----A Senhora Vice-Presidente, Cristina Pedra, acrescentou que já

decorre o concurso de admissão para 30 cantoneiros e 10 motoristas, sendo que irão ser admitidos mais trabalhadores com estas funções para o próximo ano. Considerando que a tramitação dos procedimentos de admissão de pessoal, comportam prazos extensos, existem necessidades da população que não se compadecem com este fator e que têm de ser supridas. Urge também levar em linha de conta a grande perda de recursos humanos que a autarquia tem padecido, em especial, no setor operacional, que não tem sido compensado, nem em metade, pelas entradas. A título meramente exemplificativo, existiu um período em que existiu apenas 8 pessoas para a recolha noturna de resíduos, em todo o concelho do Funchal. Daí a necessidade de recorrer a este procedimento de contratação, de forma a assegurar permanentemente a recolha dos resíduos no Funchal, em termos aceitáveis.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador Vítor Jesus, da Coligação Confiança, questionou quais os critérios de adjudicação e como é que será “*medido*” o serviço, se por tonelada de resíduos ou por quilómetro de deslocação da viatura. Igualmente, perguntou se a entrega dos resíduos seria efetuada na Estação dos Viveiros.-----

-----A Senhora Vereadora Nádia Coelho, da Coligação Funchal Sempre à Frente, prontificou-se a fornecer o caderno de encargos do procedimento ao Senhor Vereador Vítor Jesus, da Coligação Confiança, logo que fosse oportuno e respondeu que a entrega

seria efetuada na Estação dos Viveiros.-----
-----Fazendo uso da palavra, a Senhora Vereadora Sancha de Campanella, da Coligação Confiança, declarou que “amanhã comemora-se o Dia Internacional dos Direitos Humanos e necessariamente associado a este tema, surge o da Igualdade e em concreto, o da Igualdade de Género. Estão a ser lançados agora os números dos Censos relativos à Região Autónoma da Madeira (RAM), e concluiu-se que 53% da população são mulheres. O Município do Funchal, sendo o que tem maior número de habitantes, reflete com certeza esta percentagem. O Município possui o seu Plano de Igualdade de Género, a RAM aprovou no ano passado a sua Estratégia para a Igualdade de Género, sendo que a mesma tem 48 medidas. Destas, 7 medidas são para ser desenvolvidas em conjunto com as entidades municipais. Verificou-se, pelo menos, em termos formais, que o Município do Funchal tem o seu Plano e tem o seu Conselho Municipal Para a Igualdade (CMI). Contudo, verifica-se que as últimas reuniões do CMI ocorreram em 2020. Em 2022, não existiu plano de atividades, nem se teve conhecimento de atividades desenvolvidas em prol da Igualdade de Género. Não se sabe se vai existir plano de atividades para 2023, nem se o CMI já tem os seus novos membros, sendo certo os mesmos são o Presidente da Câmara Municipal, os Presidentes das Juntas de Freguesia e outras pessoas indicadas. Não tenho conhecimento que tenham sido indigitados novos membros para o CMI.” Face a este quadro,

questionou se o Município iria continuar com a sua estratégia para a Igualdade de Género, em termos puramente formais ou, se pelo contrário, iriam existir atividades no âmbito desta temática e se o CMI vai reunir.-----

-----Respondendo, a Senhora Vereadora Helena Leal, da Coligação Funchal Sempre à Frente, referiu: “O Plano Municipal já está elaborado, estimando-se que o mesmo seja submetido à sessão ordinária da Assembleia Municipal de fevereiro de 2023. Neste momento e embora de cariz facultativo, foi decidido auscultar os representantes dos partidos, em sede de CMI. Para o efeito, o CMI será instalado e colhidos os contributos deste órgão para o Plano. No respeitante à política de Igualdade de Género e respetivas atividades, o Município foi distinguido recentemente como uma cidade solidária, a partir de pressupostos e evidências muito claras e objetivas. Temos tentado promover uma política de igualdade de género, transversal a todos os setores, começando internamente pelos nossos serviços e funcionários. A visão traduz-se numa perspetiva muito inclusiva e humanizada, muitas vezes traduzida nos próprios regulamentos municipais, com a introdução de majorações a cidadãos que à partida poderiam ser coartados em se elevarem socialmente. No que toca à igualdade propriamente dita, tivemos a Semana da Igualdade, que assinalou no Município do Funchal um conjunto de atividades implementadas pelas associações que são parceiras da autarquia, e transversais a muitas áreas e contextos. Estas atividades foram desenvolvidas

nos ginásios municipais, escolas, entre outras estruturas. A autarquia tem reunido com as instituições e tem as suas portas sempre abertas a todas as pessoas que queiram colaborar e dar a sua perspetiva. O projeto educativo do Município, disponível no site, tem a tónica da igualdade associada, porque se considera que é importante trabalhar as questões da igualdade desde cedo perante as franjas mais vulneráveis e permeáveis da população.”---

-----A Senhora Vereadora Sancha de Campanella, da Coligação Confiança, solicitou esclarecimentos no sentido de saber se iria ser adotada uma nova estratégia no Plano Municipal Para a Igualdade, com definição temporal, ou se seria apenas uma atualização do existente.-----

-----A Senhora Vereadora Helena Leal, da Coligação Funchal Sempre à Frente, esclareceu que o novo plano teria em conta as diretrizes nacionais e internacionais, que versam sobre a igualdade, e em especial a Igualdade de Género, com uma tónica muito presente do que é a visão do executivo municipal.-----

-----A Senhora Vereadora Sancha de Campanella, da Coligação Confiança, questionou se haveria reuniões do CMI, antes da aprovação do Plano, ou atividades associadas à temática. Aproveitou o ensejo para criticar a demora em promover as reuniões do CMI, atendendo a que a atual vereação assumiu funções há mais de um ano.-----

-----A Senhora Vereadora Helena Leal, da Coligação Funchal Sempre à Frente, respondeu que o CMI seria instalado,

previamente à aprovação do Plano.-----

-----Intervindo, a Senhora Vereadora Micaela Camacho, da Coligação Confiança, declarou que o Município do Funchal foi pioneiro na RAM, no ano de 2016, quando instituiu o CMI. Desde então, tem reunido com todas as associações e tem incorporado, no Plano em vigor, alguns contributos. Obviamente que se defende que o mesmo tem de ser atualizado e renovado. Afirmou que reforçava o que a Senhora Vereadora Sancha de Campanella aqui tinha dito, que os direitos humanos em geral e a Igualdade de Género em particular eram temas determinantes e o CMI está parado há um ano.-----

-----A Senhora Vereadora Helena Leal, da Coligação Funchal Sempre à Frente, reafirmou que o CMI seria instalado em breve e o procedimento nesse sentido já foi desencadeado. Mais referiu que independentemente deste facto, já tinham sido solicitados contributos a diversas entidades, no âmbito da elaboração do Plano, inclusive aos partidos que tinham assento na Assembleia Municipal, e que uns tinham respondido e outros não. Por exemplo, não tinha recebido nenhum contributo dos partidos que suportam os Vereadores da Oposição.-----

-----Tomando o uso da palavra, a Senhora Vereadora Cláudia Dias Ferreira, da Coligação Confiança, perguntou se estava assegurado todos os licenciamentos associados aos recintos itinerantes, que estão a exercer a sua atividade nesta época natalícia.-----

-----O Senhor Vereador João Rodrigues, da Coligação Funchal

Sempre à Frente, respondeu afirmativamente, com consulta a todas as entidades externas com competência na matéria.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Vereadores, foi aprovada por unanimidade. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – URBANISMO:-----

-----**1.1 – Declaração de Caducidade do Alvará de Obras n.º**

40/2020: - Em face da exposição apresentada por Ludgero Pestana da Silva (proc.º 4719/2022, sub-proc.º 20190000175), referente à intenção de declaração de caducidade da licença titulada pelo Alvará de Obras n.º 40/2022 e seu Aditamento n.º 1, respeitante à reconstrução e alteração da moradia unifamiliar situada ao Beco dos Arrifes, n.ºs 12B e 12C, freguesia de São Pedro, a Câmara deliberou, aprovar, por maioria, com abstenção da Coligação Confiança, a caducidade da referida licença com base na informação da Divisão de Assessoria Jurídica do Urbanismo (refª 2022-0062).-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Maria Cristina Andrade Pedra Costa, deu por encerrada a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe da Divisão Jurídica, na qualidade de Secretário, a redigi e

subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital n.º 901/2022, publicada nos locais de estilo.